

DIREITOS HUMANOS

Brio e culpas

É inteiramente compreensível a irritação de brasileiros chamados a comentar documentos como o relatório do Departamento de Estado americano sobre direitos humanos.

Cabe aos diplomatas, por ofício, produzir relatórios sobre problemas dos países onde servem, inclusive na área social, onde podem germinar tensões causadoras de instabilidade política — o que afeta interesses da comunidade internacional.

Mas, por que a divulgação oficial? Ela tem o tom desagradável, superior, de um boletim de comportamento. O argumento de que essa seria uma forma de levar outros países a tomarem ações corretivas, tem o defeito insanável de sugerir superioridade moral do país que critica sobre o criticado. Seria boa maneira de alertar a sociedade local sobre problemas cuja gravidade lhe escapa? Também não: nos países democráticos a principal fonte de informação da embaixada americana são os meios de comunicação de massa locais. O que ela sabe é de domínio público.

O relatório agora divulgado dá nota aparentemente boa ao governo brasileiro ao afirmar que ele em geral respeita os direitos

humanos — embora a expressão “em geral” empreste à afirmação ambigüidade lamentável num levantamento sério. Fora isso, como disseram juízes brasileiros, há dados velhos, como os que se referem à Justiça Militar: tratam de problemas que não mais existem. Ou que, como acentuou a secretária nacional de Justiça, Elizabeth Sussekind, são degenerações do princípio da autoridade que sobrevivem mas deixaram de

ser institucionais. Ou seja, problemas que o governo brasileiro não eliminou por falta de competência ou de recursos, mas não de vontade.

O documento destaca corretamente, por outro lado, a gravidade de problemas como violência policial, lentidão da Justiça e falência do sistema penitenciário. Nos três ca-

sos, a cobrança da sociedade tem sido enérgica, constante — e corresponde à má imagem da autoridade pública, em todos os seus níveis, no país.

No fim das contas, o relatório do Departamento de Estado irrita muito e ajuda pouco. E chega a ser fator negativo, quando, ainda que por um momento, põe em trincheiras vizinhas quem reage por uma questão de brio e bom senso e quem vitupera simplesmente por ter culpa em cartório.

...a cobrança
da sociedade

tem sido
enérgica,
constante
